

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**

Nº 15/2026

SEROPÉDICA/RJ, 31 de março de 2026.

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e quatro minutos, estiveram presentes em Reunião Ordinária os conselheiros Irenilva Silva de Souza Cardoso (Presidente), Edison Rosa Alves Junior (Vice-Presidente), Hugo Lopes de Oliveira, Andréa Sani Braga da Silva e Tiago Peixoto da Silva, para tratarem da seguinte pauta: 1) Proc. 00157.1.1-2026. Balancetes Mensais – janeiro de 2026; 2) Proc. 00053.1.1-2026. Taxa Administrativa do exercício de 2026; 3) Proc. 00207.1.1-2026. Projeto de Certificação “Certifica Servidor”; 4) Proc. 00200.1.1-2026. Relatório de Atendimento ao Público – janeiro e fevereiro de 2026; 5) Proc. 00013.1.1-2026. Relatório Anual de Investimentos do exercício de 2025; 6) Proc. 00160.1.1-2026. Minuta de Resolução sobre limites de alçada; 7) Proc. 00140.1.1-2026. Relatório Mensal do Comitê de Ética Pública – fevereiro de 2026; 8) Proc. 00050.1.1-2026. Relatório de Governança Corporativa – 4º trimestre de 2025; 9) Proc. 00955.1.8-2025. Auditoria Interna de Benefícios – 2º trimestre de 2025; 10) Proc. 00026.1.1-2026. Prestação de Contas do Cartão Corporativo – janeiro e fevereiro de 2026; 11) Proc. 00949.1.8-2025. Auditoria Interna de Arrecadação – 2º trimestre de 2025; 12) Proc. 00012.1.1-2026. Relatório Mensal de Investimentos – janeiro de 2026; 13) Proc. 00217.1.1-2026. Manual de Acompanhamento de Processos Judiciais – versão 1.0; 14) Proc. 00163.1.1-2026. Relatório de Prestação de Contas do Conselho de Administração – exercício de 2025; 15) Proc. 00161.1.1-2026. Plano de Trabalho Anual do Conselho de Administração – exercício de 2026; 16) Proc. 00211.1.1-2026. Nomeação de membro do Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais; 17) Comunicados; 18) Assuntos Gerais. 1) A Presidência apresenta o Proc. 00157.1.1-2026. Balancetes Mensais – janeiro de 2026, com parecer favorável do Conselho Fiscal. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade os balancetes mensais de janeiro de 2026. 2) A Presidência apresenta o Proc. 00053.1.1-2026. Taxa Administrativa do exercício de 2026, com parecer favorável da Controladoria Autárquica e do Conselho Fiscal. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade a taxa administrativa do exercício de 2026. 3) A Presidência apresenta o Proc. 00207.1.1-2026. Projeto de Certificação “Certifica Servidor”, que prevê o custeio da certificação de até 20 servidores, ativos ou inativos, visando atender às exigências legais para composição dos Conselhos. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o projeto. 4) A Presidência apresenta o Proc. 00200.1.1-2026. Relatório de Atendimento ao Público – janeiro e fevereiro de 2026. Informa que, no mês de janeiro, foram realizados 855 atendimentos, com 85% de avaliação “muito satisfeito”, e, no mês de fevereiro, 507 atendimentos, com 82% de avaliação “muito satisfeito”. O relatório é apresentado para ciência. 5) A Presidência apresenta o Proc. 00013.1.1-2026. Relatório Anual de Investimentos do exercício de 2025, com parecer favorável do Conselho Fiscal. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o relatório. 6) A Presidência apresenta o Proc. 00160.1.1-2026. Minuta de Resolução sobre limites de alçada, que estabelece competências para autorização de despesas administrativas conforme valores definidos. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade a resolução. 7) A Presidência apresenta o Proc. 00140.1.1-2026. Relatório Mensal do Comitê de Ética Pública – fevereiro de 2026, informando a inexistência de denúncias, reclamações ou pedidos de esclarecimento no período. O relatório é apresentado para ciência. 8) A Presidência apresenta o Proc. 00050.1.1-2026. Relatório de Governança Corporativa – 4º trimestre de 2025. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o relatório. 9) A Presidência apresenta o Proc. 00955.1.8-2025. Auditoria Interna de Benefícios – 2º trimestre de 2025, contendo recomendações pontuais. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade a auditoria. 10) A Presidência apresenta o Proc. 00026.1.1-2026. Prestação de Contas do Cartão Corporativo – janeiro e fevereiro de 2026, com parecer favorável da Controladoria Autárquica e do Conselho Fiscal. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade a prestação de contas. 11) A Presidência apresenta o Proc. 00949.1.8-2025. Auditoria Interna de Arrecadação – 2º trimestre de 2025, contendo recomendações relacionadas à comunicação institucional e orientação aos servidores. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade a auditoria. 12) A Presidência apresenta o Proc. 00012.1.1-2026. Relatório Mensal de Investimentos – janeiro de 2026, com rentabilidade superior à meta estabelecida. O



relatório é apresentado para ciência. 13) A Presidência apresenta o Proc. 00217.1.1-2026. Manual de Acompanhamento de Processos Judiciais – versão 1.0, destinado à padronização dos procedimentos de acompanhamento judicial. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o manual. 14) A Presidência apresenta o Proc. 00163.1.1-2026. Relatório de Prestação de Contas do Conselho de Administração – exercício de 2025. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o relatório. 15) A Presidência apresenta o Proc. 00161.1.1-2026. Plano de Trabalho Anual do Conselho de Administração – exercício de 2026. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o plano. 16) A Presidência apresenta o Proc. 00211.1.1-2026. Nomeação de membro do Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais. O Processo é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é colocado em votação. Os Conselheiros aprovam por unanimidade a indicação. 17) Comunicados. 18) Assuntos Gerais: A gente tem três servidores ativos e um pensionista inscrito para falar conforme combinado já com o presidente vai ser concedido cinco minutos para cada um deles fazerem a sua explanação não sei se estão todos aqui presentes, mas o primeiro é o seu Sebastião Wagner Berriel. O Senhor Sebastião Wagner, o senhor nos ouve? Ouço sim. Então vai ser concedido cinco minutos para o seu poder fazer a explanação, ok? O Senhor Sebastião Wagner respondeu com um OK. E iniciou sua fala "...Primeiro gostaria de agradecer a possibilidade de participar né, teve no meio daquele outro, mas a dinâmica era um pouco diferente do que a gente imaginava de uma reunião física presencial, mas, uma indagação minha, e você já deu uma resposta, até quero te agradecer, porque você rapidamente encaminhou uma série de respostas na indagação. Eu sou pensionista e a preocupação nossa é com o tamanho, digamos, do que eu chamo de rombo, não sei se é no que seria a reserva financeira que o SEROPREVI deveria ter e por sucessivos governos não terem feito sua parte especialmente esse último governo reeleito, né eu vejo suas ATAS desde o ano retrasado 2023,2024 e vejo você ressaltando a necessidade de concurso público né? Porque estamos reduzindo o quadro de servidores, portanto o quadro de quem contribui para o fundo do instituto né? Municipal de Previdência cada dia menor e essa conta tende a não fechar e obviamente com os vários anos aí de não repasse do valor que deveria ter sido repassado tanto a contribuição previdenciária dos servidores quanto também o não repasse da contribuição do patronal pela prefeitura. Obviamente que foi queimando a reserva que tinha e você hoje informou aí que a passagem de 2025 para 2026 tinha mais ou menos um milhão e seiscentos quase isso em caixa, sendo que a considerar que a folha da quase dois milhões não é suficiente. A Prefeitura tem que repassar quase que integralmente né para que possa fazer a folha de pagamento para que não haja atraso. Portanto eu como pensionista e a Andreia que está aí como SEPE é para que não haja atraso no pagamento do dos aposentados e dos pensionistas né? Então que é muito grave. Uma pergunta que eu queria te fazer é em relação ao decreto editado pelo prefeito no dia 23 de março, o decreto 3132, e aí como é que vocês estão trabalhando em cima desse decreto, alguma previsão de reajuste? Ao meu entender o decreto derruba o reajuste que tava prometido, havia até uma expectativa de retroativo ao mês de outubro, então como é que vocês estão vendo isso? É e a existe a possibilidade do aumento de encargos? Dos servidores? Como é que você enxerga isso? Basicamente essa é a minha indagação né aí ressaltando o agradecimento em conjunto por permitir que a gente participe aí dessa reunião do conselho de administração. É isso! O Conselheiro Hugo agradece o senhor, Sr. Berriel e inicia sua fala. "Eu já combinei com a presidente, eu vou fazer a fala final, vou deixar os convidados poderem fazer uso da palavra. Sr. Francisco Cosme da Silva Júnior, está presente? Gabinete o senhor Francisco está presente? A chefe de Gabinete Larissa Ribeiro Moreira Oliveira informa que os outros servidores que solicitaram a palavra não estão presentes, apenas o senhor Sebastião. O Senhor Sebastião informa que a senhora Andreia está presente. A Chefe de Gabinete informa que a Andreia que está presente é a Andreia Conselheira. O Conselheiro e Diretor-Presidente Hugo informa senhora Luciana da Silva Xavier também não está presente. A senhora Andreia que se inscreveu. Não houve encaminhamento de nome completo. Não estão presentes. Conforme já combinado com o presidente, eu vou fazer aqui as pontuações necessárias aqui que o senhor Wagner Berriel fez com relação à preocupação do rombo ao decreto editado pelo governo municipal e a possibilidade de aumento de encargos. Vamos lá. É o primeiro ponto que eu acho que é importante ser dito, é que o senhor Wagner Berriel disse que o governo atual que se reelegeu foi o governo que menos fez. Na verdade, só a título aqui de esclarecimento, o governo atual já pagou de dívidas, da dívida, com o SEROPREVI, valor de R\$ 7.317.096,86, ou seja, foi pago mais de R\$ 7 milhões de reais. O governo anterior, no exercício de 2017 a 2020, não efetuou nenhum pagamento de dívida, nem mesmo, é nenhum valor. Então, o governo atual pagou já 7.317.000 de dívidas contraídas nos governos anteriores. E aí, o senhor Wagner Berriel fala sobre a preocupação do rombo. Aí é preciso a gente entender como que a previdência pública foi estruturada. Aí é preciso que a gente volte lá em 88, quando foi aprovada a Constituição, A previdência pública foi construída da mesma forma que o regime geral, que é conduzido, que é comandado pelo INSS. Como funciona o regime geral? O regime geral é um regime de repartição simples, ou seja, quem está trabalhando contribui para pagar a aposentadoria de quem está aposentado. Isso funciona muito bem quando você tem dez trabalhadores para um aposentado, quando



you have eight workers for one retiree. The problem is that everyone knows, all specialists know, the federal government knows that the simple INSS model is unsustainable, because the population is decreasing, aging more, living longer, so the number of workers in the active contributing to pay pensions is decreasing. So today studies show that to have a comfortable situation you need at least six workers in the active for one retiree, to have a comfortable situation. Imagine that, like in the state of Rio, where the ratio is 0,9, or in other words, you have more retiree and pensioner than active. The state of Rio today has about 250 thousand active and 275 thousand retirees and pensioners, or in other words, the simple regime of contribution does not sustain itself. When it was created in the Constitution of 88 the individual regime of Social Security, it was created in the mold of a simple contribution. It is that there was no obligation for the public servant to contribute. Some places had contribution, like for example Itaguaí or the state of Rio, where they contributed 7% for the pension box. It was not for the pension. And at that moment, the retiree and the pensioner, he was paid together with the active worker, on the same payroll, so that when Seropédica became emancipated in 97, and then immediately the first pensions start, these retirees are paid by the Secretary of Administration together with the active workers. When the amendment 20 of 1998 came, what was it? It is not like that can function, the individual regime cannot be simple. The individual regime must be capitalization. Or in other words, it must have financial equilibrium and actuarial equilibrium. What is the financial equilibrium? My income must be greater than my expense in a year. What is the actuarial equilibrium? My income for the next years, in general 35 years, must be sufficient to cover my expense. So that is why the first problem came with amendment 20 of 98. You already had several workers who were retirees who had not contributed. Because what is the principle of capitalization? The principle of capitalization is that I am working, I contribute, but I am not paying for the retiree, the Institute will apply my money in the financial market and there, when I retire, I will have the money to pay me. And who is the retiree who will receive from the money that he, in the active, contributed. But then the problem started, the first problem of Amendment 20 of 1998. Why? Because many people were already retired without ever contributing, or in other words, who was paying for that was the tax on the population, not the contributions of the individual worker and his employer and the employer contribution. INSS is simple contribution, it does not need capitalization. INSS is deficitary, but if there is surplus money, if it is superavitary, the money will not stay with INSS, it goes to the National Treasury, because it does not have the obligation to make reserves. The individual regime has. And then the problems of the individual regime of Seropédica start. What are the problems? The first one, when the emancipation in 97, a series of workers came to Seropédica, they opted for the municipality that was Seropédica. So that these workers had already worked in Itaguaí. And they already had, in some cases, in Itaguaí, they had contributed, they had contributed there. So that in 97, you did not have amendment 20 of 98, you did not have the obligation of contribution of the public servant. And that is what happened? These workers came here, a part of them retired, they are retired today, SEROPREVI pays the pension of them, so that they never had contribution. So that is the first problem of the individual regime of Seropédica. The second problem is that when the emancipation in 97 and that these workers came to Seropédica, many of them retired after 2005. In 2005 is when the individual contribution previdenciária, the government at the time did not have any contribution. You did not have the individual regime, but you also did not contribute for INSS, which is the general regime. Or in other words, the workers who came from Itaguaí, they worked from 97 until the beginning of 2005 receiving the net salary equal to the gross, because they did not have any contribution for previdência. The contribution started in 2005, so imagine only one worker who started in 97 and started contributing in 2005, he was 15 years without contributing anything, neither he had an employer, because he also did not have an employer contribution, neither from the Municipality of Itaguaí, neither from the Municipality of Seropédica. And then, these 15 years that there was no contribution, they counted for the pension of the person. So, the contributions only started in 2005, when the individual fund of the municipality was created, which after 2009 became the Autarquia, which is SEROPREVI. So, it is for this that people say that the individual regime was born deficitary, it was born broken, because it was born with a group of workers to retire or retiree without that there was no contribution because the logic of the individual regime is what? The retiree receives pension based on the contributions that he made throughout his activity and that were capitalized on what he received. From these people, never was capitalization, because they never had contribution. And that is what happens, the Municipality never worried about collecting the individual contributions in the period of Itaguaí, knows when it started to be done? In 2023 by the current management that none of the others did. We even today have a judicial action against Itaprevi which is the Institute of Social Security of Itaguaí to force them to issue the certificate of time of contribution of these workers who contributed there, or if they did not contribute, the time worked was there. So, who is the one who has to bear this, in this period, is Itaguaí. And then, we already did, in the system of compensation previdenciária of the federal government, which is COMPREV, about 200 requirements of compensation in favor of the Institute of Itaguaí. And it was already granted, or in other words, today we receive about 300 reais monthly to help cover these pensions of this period that the worker worked in Itaguaí,



que é obrigação de Itaguaí bancar essa parte da aposentadoria. Só que isso nunca foi feito. E aí, por que eu estou pontuando isso? Porque foi dito que o governo atual é o que menos fez. Não é verdade. governo atual foi o que mais fez até agora para resolver o problema. Primeiro porque pagou-se mais de 7 milhões da dívida dos governos anteriores, que não pagaram um centavo. A gestão 2017 e 2020 não pagou um centavo. A gestão 2010 até 2016 pagou uma “merrequinha” e depois parou de pagar. E as gestões de antes de 2016, esses não pagaram nada. Então, no ranking de quem mais pagou a dívida do anterior, o governo atual é o que mais pagou, mais de 7 milhões de reais. Além disso, foi o único governo, foi a única gestão que enfrentou, que está enfrentando, que a gente está brigando na justiça para receber essas contribuições de Itaguaí. Que nenhum outro governo quis ter de cabeça, quis importar com isso. Porque não é fácil brigar na justiça, não é fácil. Itaguaí é nosso vizinho. A partir do momento que ele nós falamos que íamos cobrar, eles já mudaram de postura com relação a gente. Então não é fácil cobrar os outros, principalmente um valor aí, que é um valor considerável de aproximadamente aí... 60 mil reais ao mês pelos próximos anos, ou seja, multiplica isso daí todo mês para ver o valor que dá. Então, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é com relação ao decreto adotado pela Prefeitura, que é o decreto aqui em 3.132, ainda não teve a primeira reunião com relação ao decreto, a gente não sabe o que vai ser encaminhado nessas reuniões, o que consta ali do decreto, é a obrigação que está na lei do Tribunal de Contas de Cobra de se fazer um plano de amortização do déficit atuarial. Ou seja, para resumir, é a obrigação do município colocar mais dinheiro na Previdência. Só que aí o que eu respondo para todos, o que eu respondo para o Wagner Berriel, é o que eu já respondi para o sindicato e o que eu sempre respondo. O que a lei diz? A lei diz que em caso de insuficiência financeira do regime próprio, ou seja, se faltar dinheiro para pagar a aposentadoria e pensão, a prefeitura é obrigada a cobrir. Só que o que eu falo para o sindicato é o seguinte, a prefeitura não produz riqueza. Quem produz riqueza é o cidadão que trabalha todos os dias e paga os seus impostos. E para a prefeitura botar dinheiro hoje no SEROPREVI, ela tem que tirar dinheiro de outro lugar. Ou seja, ela vai ter que tirar dinheiro da saúde, da educação, da obra. E será que se a gente chamar a população, fizer uma assembleia e perguntar se aquele morador lá de dentro está guardando a rua dele ser asfaltada, se ele aceita que a rua dele deixe de ser asfaltada para se colocar dinheiro no SEROPREVI, com certeza ele vai falar que não. Então, a gente tem que lembrar que nós estamos aqui como SEROPREVI e nós vamos para essa reunião de decreto de ajuste fiscal brigar pelo interesse do Instituto e pelo interesse dos servidores. Mas o prefeito ou os vereadores, que é quem compete aprovar qualquer medida, eles não estão ali só para representar os servidores do SEROPREVI. Eles estão ali para representar toda a população, que são mais de 80 mil habitantes. E com certeza as prioridades da população, elas não são as prioridades do SEROPREVI. Por que eu digo isso? Porque não é fácil você equilibrar os interesses e as prioridades. É muito fácil a gente falar: "Faça isso, faça aquilo, tem que fazer, colar". Mas quando a gente chega na cadeira, não é tão simples. Eu falo isso com os servidores. Eu desafio qualquer aluno a sentar na minha cadeira e fazer melhor do que eu, porque o Instituto também é meu, eu também sou servidor efetivo, que a realidade é muito mais dura do que a teoria. Na teoria é muito simples, faltou dinheiro no SEROPREVI a Prefeitura cobre, mas para cumprir tem que tirar de outro lugar. Aí o terceiro questionamento, que também a nossa reunião já está se estendendo, que até pouco o Link expira, é sobre a possibilidade de aumento de encargos. Eu não vejo hoje a possibilidade de aumentar a alíquota de contribuição. Isso daí posso garantir que está fora do radar de qualquer governo. A alíquota de 14%, apesar de insuficiente, que ela é matematicamente falando e atuarialmente falando, ela é insuficiente para bancar a aposentadoria do servidor. Mas ela já é considerada uma alíquota elevada. Mas sem sombra de dúvidas, todo mundo é nítido, qualquer especialista, que o Brasil vai ter que passar por uma reforma da previdência já antes de terminar essa década e as regras vão ter que ser endurecidas. Por quê? Porque previdência é matemática. Se eu tenho uma folha "X", eu preciso ter aquela "X" quantidade de dinheiro. E às vezes isso não acontece por "N" fatores, como por exemplo, o fato do regime próprio já ter nascido falido. Ou por exemplo, o caso dos benefícios não programados, que é por exemplo, o óbito de um servidor que gera uma pensão com morte ou uma aposentadoria de incapacidade permanente. Nada disso é programado, isso tudo foge. A regra. Porque ninguém espera que o servidor venha a óbito e fique incapaz. Então, hoje não há possibilidade de aumento de encargos. Mas é óbvio que a gente, o SEROPREVI, juntamente com a Secretaria de Fazenda, juntamente com a Procuradoria Geral do Município, juntamente com a Câmara Municipal do Seropédica, a gente tenta encontrar caminhos que sejam os mais fáceis e melhores. Mas isso nem sempre é possível. Porque eu cito um exemplo da reforma da Previdência. A reforma da Previdência, que foi feita em 2019 pelo Governo Federal, que quando estava na oposição, tanto criticou a reforma, mas agora que a situação não mexeu na reforma, porque sabe que não tem como mexer o contrário, sabe que tem que fazer uma nova reforma, essa reforma foi aplicada em 2022. no nosso município, em 29 de junho de 2022. Até então, nós tínhamos uma alíquota de contribuição de 11% do patronal e 11% do servidor, ou seja, 11 mais 11 igual a 22, nós aumentamos a alíquota dos servidores para 14% e até o que a Constituição Federal hoje exige, município que tem alíquota menor 14% está irregular junto ao Ministério da Previdência, e aumentamos o patronal para 16,13%, ou seja, aumentamos a contribuição do município. Então, além de se pagar 7 milhões de dívidas de governos anteriores, além da nossa briga com o Itaguaí para poder receber a compensação, o próprio governo fez o seu esforço de aumentar a sua dívida de contribuição de 11 para 16,



enquanto muitas aumentaram só de 11 para 14, que era o mínimo necessário. E os governos anteriores nem quiseram mecer nisso porque não quer ter um desgaste político com o servidor e também não quero ter que botar mais dinheiro no SEROPREVI. Mas a gestão atual, a gente foi lá e enfrentou isso. Por mais que seja apedrejado, por mais que seja xingado, porque era muito simples para mim, politicamente, falar: deixa do jeito que tá pra não contrariar o servidor. Aí quando faltar esse dinheiro, eu faço o que a maioria faz, bota a minha viola no saco, fico na minha e deixo o aposentado e o pensionista ficar sem pagamento. Mas não é isso que eu quero fazer, não é isso que eu vou fazer e não é isso que eu trabalho pra fazer. Então a gente aumentou alíquota de contribuição, fez a reforma, mesmo com todas as críticas e com todos os apedrejamento. Eu falo isso para os servidores e repito, eu pago 20 mil de aposentadoria para cada um, que é o teto hoje do município que eu salário para o prefeito. Só precisa me dizer de onde vai tirar o recurso, porque previdência não é mágica, previdência é cálculo atuarial, avaliação atuarial para um profissional técnico que faz os cálculos e fala o que é possível e o que não é possível. Porque a gente vê por aí muito populismo. A gente vê por aí, por exemplo, o Congresso Nacional aprovando aposentadorias especiais para várias categorias. Porque no Brasil, o especial não tem mais nada de especial. Tem mais da metade dos aposentados é uma aposentadoria especial. Então, o especial, na verdade, é o normal. Só que o Congresso, o que ele faz? Ele não fala qual é a fonte de custeio, de onde vai ter que ser tirado o dinheiro para poder pagar esses benefícios. Eu sou super favorável. Eu, por mim, aposentava todo mundo aos 30 anos de idade com 20 mil por mês. Só me dizer de onde vai sair o dinheiro. Porque a verdade é que a contribuição do servidor de 14%, matematicamente falando, ela é insuficiente. Então, mesmo que todas as medidas tivessem sido adotadas, mesmo que quando em 97 que fez lá a transição para Seropédica, Itaguaí tivesse mandando o dinheiro. Mesmo que nenhum governo, isso daqui é bom deixar muito claro, mesmo que nenhum governo tivesse devido nada ao SEROPREVI, que todos os recursos tivessem sido repassados, nós ainda assim seríamos deficitários. Nós teríamos hoje um patrimônio de 300 milhões de reais aproximadamente e o déficit fechou o ano passado em 600. Ou seja, a gente teria metade do dinheiro suficiente para fazer frente às obrigações de pagamento de aposentadorias e pensões. Por quê? Porque o modelo atual do regime próprio já se tornou insustentável igual no regime geral. Porque a gente tem no SEROPREVI aposentados que já estão há mais de 25 anos aposentados. Nós temos gente hoje recebendo benefício, nós temos aposentados que estão sendo aposentados desde 2000. Ou seja, 2000 tinha contribuição previdenciária? Não tinha. Ou seja, os 25 anos de trabalho não teve sequer um centavo de contribuição paga. Mas hoje estão recebendo benefícios já há 26 anos. Isso, matematicamente falando, atuarialmente falando, é insustentável. Qualquer atuário, seja ele de viés ideológico à direita ou esquerda, vai dizer a mesma coisa. Em 2022, nós aqui para concluir, nós tínhamos um déficit naquele momento de 550 milhões. A nossa reforma reduziria o déficit para 150 milhões. Mas houve pressão por parte dos sindicatos, houve pressão por parte dos servidores, o que é normal, o jogo político democrático é isso. E a Câmara, dentro do seu papel de poder legislativo, tomou a decisão de julgar a ser melhor e mudou algumas coisas na nossa reforma. Ou seja, o déficit, que era para cair de 550 milhões para 150, ele caiu para 350. Ou seja, o ganho de 400 milhões foi reduzido só para 200 milhões. e hoje já foi perdido, porque hoje o déficit já chegou a 600 milhões. O que a gente ganhou com a reforma já se perdeu. Então, naquele momento, eu chamei o sindicato, o SEPE, e tem uma ata de reunião assinada por todos, em que eu disse assim, o déficit caiu de 550 para 350, ou seja, vai faltar 350 milhões. Aí o sindicato falou para mim, o que o governo vai propor? Eu falei assim, nada. Sabe por que o governo vai propor nada? Porque se o governo propõe alguma coisa, é que vocês usam os termos de opostos de "Lucaslândia", "Anabalândia", que vocês são privatistas, que vocês são neoliberais. Então vamos fazer o seguinte, o problema está aqui. Proponham vocês, o sindicato, qual é a solução para o problema. Pois essa ata é de novembro de 2022. Ela completou três anos de novembro de 2025 e até hoje o sindicato não apresentou nenhuma proposta. Sabe por que não apresentou? Porque quando o sindicato pegou os documentos e levou lá para o DIEESE, O técnico do DIEESE que olhou falou, não tem nada de errado, é isso aí mesmo, o buraco é 350 milhões, não tem mais que eu acertei. Então assim, muita gente critica, mas eu estou totalmente aberta a propostas de solução. É só dizer, é só apresentar a proposta. É legalmente possível? É. Então vamos ver a viabilidade política. Como eu disse o Prefeito e os vereadores estão no mandato deles para representar toda a população, não é só o interesse do SEROPREVI, não é só o interesse do aposentado e pensionista, estão pelos interesses de toda a população, e na maioria das vezes, o interesse da população não combina com o nosso interesse, sempre do interesse do Instituto, mas... Concluindo, todas as medidas que são necessárias e possíveis, a gente está brigando por elas. Então, só para resumir aqui, essa gestão atual é a que mais fez pelo Instituto. Tanto é que em nenhum momento, o senhor Wagner Berriel reconheceu, em nenhum momento nós ocultamos nenhum tipo de informação de ninguém. é o que a lei manda, acessa a informação, a gente fornece, a gente não tem nada para esconder, a nossa própria transparência está lá, se alguém tem dificuldade, a gente ajuda a encontrar as informações. Com relação ao decreto de ajuste fiscal, a gente ainda está aguardando a primeira reunião para saber como vai ser conduzido e hoje nós não temos nenhuma possibilidade de aumento das contribuições previdenciárias. Mas é uma matemática difícil de se fechar e eu tenho consciência de que qualquer atitude que a gente tome, obviamente a gente vai ser criticado, mas também faz parte do jogo político e democrático. Bom, eram esses os pontos. Presidente, a senhora quer



fazer alguma consideração? Porque a gente só tem dois minutos ainda de reunião, senão a gente vai ter que tirar um novo link. A Presidente do Conselho Irenilva faz a palavra. Eu quero fazer só agradecer em íntimo a participação de todos os presentes. O Conselheiro senhor Hugo faz as considerações finais. E só para encerrar eu gostaria de agradecer que o seu Wagner Berriel tenha se feito presente e essa é a primeira reunião que um pensionista ou um aposentado, um beneficiário, ele se dispõe a participar, ou seja, oxalá que todos os dois mil e poucos servidores, aposentados e pensionistas participassem para entender como funciona, esse é o meu sonho, por isso a gente faz até virtual para permitir participar. Bom, é isso, pessoal. A reunião vai ser encerrada já. Agradeço a presença de todos aqui. Nada mais a tratar, a Presidência encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos, sendo a ata assinada pelos presentes.

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ANDRÉA SANI BRAGA DA SILVA - CONSELHEIRA TITULAR**, CPF: 019.70*.**7-*4 em 31/03/2026 22:07:15, Cód. Autenticidade da Assinatura: 22Z7.8307.215Z.476K.2175, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRENILVA SILVA DE SOUZA CARDOSO - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, CPF: 078.16*.**7-*7 em 31/03/2026 17:41:33, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1775.5Z41.4334.E407.5038, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **EDISON ROSA ALVES JUNIOR - VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, CPF: 077.84*.**7-*9 em 31/03/2026 16:03:44, Cód. Autenticidade da Assinatura: 16X5.6K03.7446.V34X.6648, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **HUGO LOPES DE OLIVEIRA - CONSELHEIRO TITULAR**, CPF: 142.75*.**7-*0 em 31/03/2026 15:46:50, Cód. Autenticidade da Assinatura: 15H2.1K46.850H.U217.0645, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **TIAGO PEIXOTO DA SILVA**, CPF: 114.71*.**7-*3 em 31/03/2026 15:46:36, Cód. Autenticidade da Assinatura: 15H4.7746.2367.6484.7547, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **87A.D1B** - Tipo de Documento: **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Nº 15/2026**

Elaborado por **LARISSA RIBEIRO MOREIRA OLIVEIRA**, CPF: 148.27*.**7-*3, em 31/03/2026 15:44:12, contendo 5.346 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 15V5.3244.712A.7351.1223

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://zeropapel.seroprevi.rj.gov.br/verdocumento>

